

A GESTÃO EDUCACIONAL NA INTERFACE DO IDEB E DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DE EGRESSOS DO PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES

<https://doi.org/10.5902/2318133894268>

Daiane Ansaloni Mendes¹

Daniel Abud Seabra Matos²

Breynner Ricardo de Oliveira³

Resumo

Nesse artigo se analisa a percepção de egressos do Programa Nacional Escola de Gestores sobre os usos e as implicações dos resultados das avaliações externas e do Ideb no cotidiano de trabalho das escolas. Utilizamos metodologia quantitativa – estatística descritiva e análise fatorial –, com aplicação de questionário online, abrangendo 116 profissionais da educação de diversos municípios mineiros. Tomados em conjunto, os resultados confirmam o efeito de indução do Ideb e das avaliações externas no cotidiano de trabalho das instituições escolares. Conclui-se que, embora as avaliações externas e o Ideb possam contribuir para melhorias na qualidade da educação, sua efetividade depende do uso reflexivo e articulado por parte das escolas e gestores.

Palavras-chave: Ideb; avaliações externas; gestão escolar; políticas educacionais; práticas pedagógicas.

EDUCATIONAL MANAGEMENT AT THE INTERFACE OF IDEB AND EXTERNAL EVALUATIONS: AN ANALYSIS BASED ON THE PERCEPTIONS OF SCHOOL MANAGERS OF THE PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES

Abstract

This article analyzes the perceptions of graduates of the Programa Nacional Escola de Gestores regarding the uses and implications of external evaluation results and the Ideb in the daily work of schools. The paper used quantitative methodology – descriptive statistics and factor analysis – with an online questionnaire, covering 116 education professionals from various municipalities in Minas Gerais. Taken together, the results confirm the influence of the Ideb and external evaluation on the

¹ Universidade Federal do Outro Preto, Mariana, Minas Gerais, Brasil. E-mail: daianemendes20@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5499-0013>.

² Universidade Federal do Outro Preto, Mariana, Minas Gerais, Brasil. E-mail: danielmatos@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7955-4302>.

³ Universidade Federal do Outro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. E-mail: breynner@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0956-4753>.

Critérios de autoria: os autores, coletivamente, realizaram a concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 30 de outubro de 2025. Aceito em 8 de janeiro de 2026.



daily work of schools. The study concludes that, although external assessments and the Ideb can contribute to improvements in the quality of education, their effectiveness depends on the reflective and coordinated use of these tools by schools and public managers.

Key-words: Ideb; external evaluations; school management; educational policies; pedagogical practices.

Introdução

O Índice de Desenvolvimento da Educação – Ideb –, e as avaliações externas, quando utilizados como instrumentos pedagógicos, têm o potencial de fortalecer a atuação da gestão escolar e, por consequência, a prática pedagógica dos professores em sala de aula. Nesse cenário, investir na formação continuada direcionada à gestão escolar é crucial. Reconhecemos a relevância dos profissionais que integram a estrutura institucional e pedagógica da escola e, ao mesmo tempo, enfrentam o desafio de atender às exigências externas. Um exemplo disso é o uso dos resultados do Ideb e das avaliações externas para implantar ações pedagógicas que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino.

O Ideb, criado em 2007, é um indicador de qualidade educacional que orienta a formulação de políticas públicas, o financiamento da educação e a informação da população sobre a qualidade do ensino (Almeida; Dalben; Freitas, 2013). Sua criação está vinculada ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

As avaliações externas, também conhecidas na literatura como avaliações em larga escala ou avaliações de sistemas educacionais, são definidas como “um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino, com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas” (Freitas, 2009, p. 47, apud Alvarse et al., 2012, p. 2).

O estudo se concentrou em analisar as percepções dos egressos do curso de especialização em Gestão Escolar, oferecido na modalidade a distância pela Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop –, no âmbito do Programa Nacional Escola de Gestores – PNEG. Dessa forma, tornou-se viável explorar os usos e implicações do Ideb e das avaliações externas no dia a dia das instituições de ensino.

Segundo Matos e Jardilino (2016), nas pesquisas sobre o que pensam estudantes, docentes e outros sujeitos educacionais, uma grande diversidade de termos tem sido usada para se referir às representações mentais. Nesta pesquisa, optou-se pelo termo percepção. Segundo Lent (2010, apud Oliveira; Mourão, Júnior, 2013), por exemplo, a percepção refere-se à capacidade, nos seres humanos, de associar as informações sensoriais à memória e à cognição, de modo a formar conceitos sobre o mundo e sobre nós mesmos e orientar nosso comportamento. Na literatura, de maneira geral, a percepção é definida como organização e interpretação de sensações/dados sensoriais que resultam numa consciência de si e do meio ambiente, como uma representação dos objetos externos/exteriores. Vale ainda destacar a interpretação como uma característica relevante, ou seja, não percebemos o mundo diretamente porque a nossa percepção é sempre uma interpretação desse mundo (Matos; Jardilino, 2016).

Nesse sentido, é essencial considerar as percepções da equipe escolar – diretor, vice-diretor, docentes e coordenadores pedagógicos – para compreender como as instituições utilizam o Ideb e as avaliações externas. A partir dessas percepções, torna-se possível refletir sobre as implicações pedagógicas e organizacionais desses instrumentos para a gestão escolar e para a prática docente.

Método

Na pesquisa, foi utilizada uma abordagem quantitativa que visou “a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências” (Chizzotti, 2009, p. 52). A escolha dessa abordagem justifica-se por analisarmos as respostas de um grande coletivo de pessoas.

O tipo de pesquisa foi a de levantamento. Essa pesquisa é utilizada para lidar com a natureza dos pensamentos, das opiniões e dos sentimentos das pessoas, e tem como principal instrumento para coleta de dados o questionário. Uma das suas características é a utilização de um conjunto de questões para todos os participantes do estudo responderem (Shaughnessy; Zechmeister; Zechmeister, 2012).

A análise e a discussão das respostas do questionário foram organizadas da seguinte forma: percepções sobre o Ideb nas escolas; conhecimento sobre o Ideb; percepções sobre usos e implicações do Ideb nas escolas; percepções sobre avaliações externas nas escolas; conhecimento sobre as avaliações externas; percepções sobre usos e implicações das avaliações externas nas escolas. Utilizamos a amostragem não probabilística. Depois de finalizadas as perguntas, os dados obtidos foram inseridos na plataforma Google Formulários. Do total de 543 egressos do PNEG, 116 responderam ao questionário. Ou seja, a amostra investigada representou, aproximadamente, 21,36% do universo dos participantes do programa. Participaram deste estudo os egressos na modalidade à distância, das turmas dos seguintes polos: Bom Despacho, Montes Claros, Ouro Preto, Jaboticatubas, Guaxupé, Ipatinga, Lagoa Santa, Uberaba, Caratinga, João Monlevade, Salinas, Tiradentes, Ubá, Três Corações, Sete Lagoas e Governador Valadares. Os egressos atuavam nas escolas públicas dos municípios mineiros atendidos pelo curso nas seguintes funções: diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos ou professores. A maioria atuava em cargos de gestão: diretor, vice-diretor e coordenador (78,7%).

Ainda sobre o percurso metodológico, na primeira etapa, realizamos uma revisão da literatura com o intuito de mapear os estudos sobre usos e as implicações das avaliações externas e do Ideb no cotidiano de trabalho dos profissionais da educação.

Uma segunda etapa da pesquisa foi a aplicação do questionário⁴. Devido ao fato de os egressos residirem em diferentes cidades, enviamos o questionário via e-mail. A análise do questionário foi feita por meio de estatística descritiva, como frequências de respostas e gráficos.

⁴ Versão completa do questionário disponível no anexo.

Percepções sobre o Ideb nas escolas

No curso de Gestão escolar da UFOP, 88,8% (103) egressos relataram ter estudado conteúdos relativos ao Ideb. O curso criou condições para que os gestores ampliassem seus conhecimentos sobre este índice e favoreceu as reflexões necessárias para repensar as ações das escolas onde os egressos atuam.

Sobre o uso do Ideb no dia a dia da escola, 55,2% (64) egressos afirmaram que usam o Ideb frequentemente ou sempre – gráfico 1. Esse valor é menor quando comparado com a pergunta 22, sobre avaliações externas, em que esse total é de 67,3%.

Gráfico 1 –

Percentual de frequência de utilização do Ideb no dia-a-dia das escolas.



Fonte: autores.

Em relação à percepção sobre o Ideb na escola, observamos que a maioria dos egressos (57; 49,1%) considera que ele contribui muito com o trabalho na escola em que atuam, gráfico 2. Esse valor é menor quando o comparamos com a pergunta 23, sobre avaliações externas (56,9%), porém é relativamente próximo. Assim como nossos dados, um estudo realizado por Farias (2015) revelou que, mesmo diante das diversas dificuldades, os entrevistados consideram o Ideb importante por trazer novas perspectivas de mudanças que podem direcionar o trabalho pedagógico das escolas.

Gráfico 2 –
Percentual de percepção sobre o Ideb nas escolas públicas



Fonte: autores.

Em relação ao conhecimento sobre o Ideb, 82,8% dos egressos (96) consideram o seu grau de conhecimento bom ou muito bom.

Quanto às fontes de busca, o gráfico 3 demonstra que a fonte mais utilizada pelos egressos são os sites do governo (116; 100%). O dado sugere também que são realizadas diversas buscas para se informar sobre o Ideb, como, por exemplo, em redes sociais (53; 45,70%), em revistas (52; 44,80%), em artigos (50; 43,10%), entre outros. Isso indica movimentos de esforços por parte dos profissionais para se informar sobre o Ideb. O uso significativo dos resultados depende de alguns fatores, dentre eles, do conhecimento que o profissional se apropriou ao longo da sua trajetória educacional e das buscas que tem feito para ampliar o que já conhece sobre determinado assunto. É por meio desses conhecimentos que ele amplia a possibilidade de reflexão crítica e os usos dos resultados.

Gráfico 3 –
Percentual das fontes de busca do Ideb



Fonte: autores.

A grande maioria dos egressos concorda que o Ideb tem produzido mudanças nas escolas: 86,3% dos egressos (100) concordam parcialmente ou concordam totalmente que o Ideb produz mudanças. Nesse sentido, para entender melhor algumas mudanças geradas pelo Ideb nas escolas, elaboramos as perguntas 42, 43 e 44 do questionário, que analisamos a seguir.

A tabela 1 sintetiza os resultados de duas questões: 43) As reuniões na minha escola pública se intensificaram a partir dos resultados do Ideb; 44) Eu me sinto responsável pelo resultado do Ideb da minha escola pública. A maioria concorda que as reuniões se intensificaram nas escolas a partir dos resultados do Ideb: 71,2% dos egressos (83) concordam parcialmente ou concordam totalmente com essa afirmação. Além disso, 84,8% dos egressos (83) concordam parcialmente ou concordam totalmente com a questão 44, o que indica que se sentem responsáveis pelo resultado do Ideb na escola. Essa última questão sugere uma forte aceitação dos egressos quanto à responsabilização pelos resultados das instituições.

Tabela 1 –

Percentual das percepções sobre implicações do Ideb nas escolas.⁵

Implicações do Ideb	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo totalmente	Concordo parcialmente
Questão 43 – Reuniões se intensificaram	13%	16%	11,20%	60%
Questão 44 – Sente-se responsável pelo resultado do Ideb	6%	10%	32,80%	52%

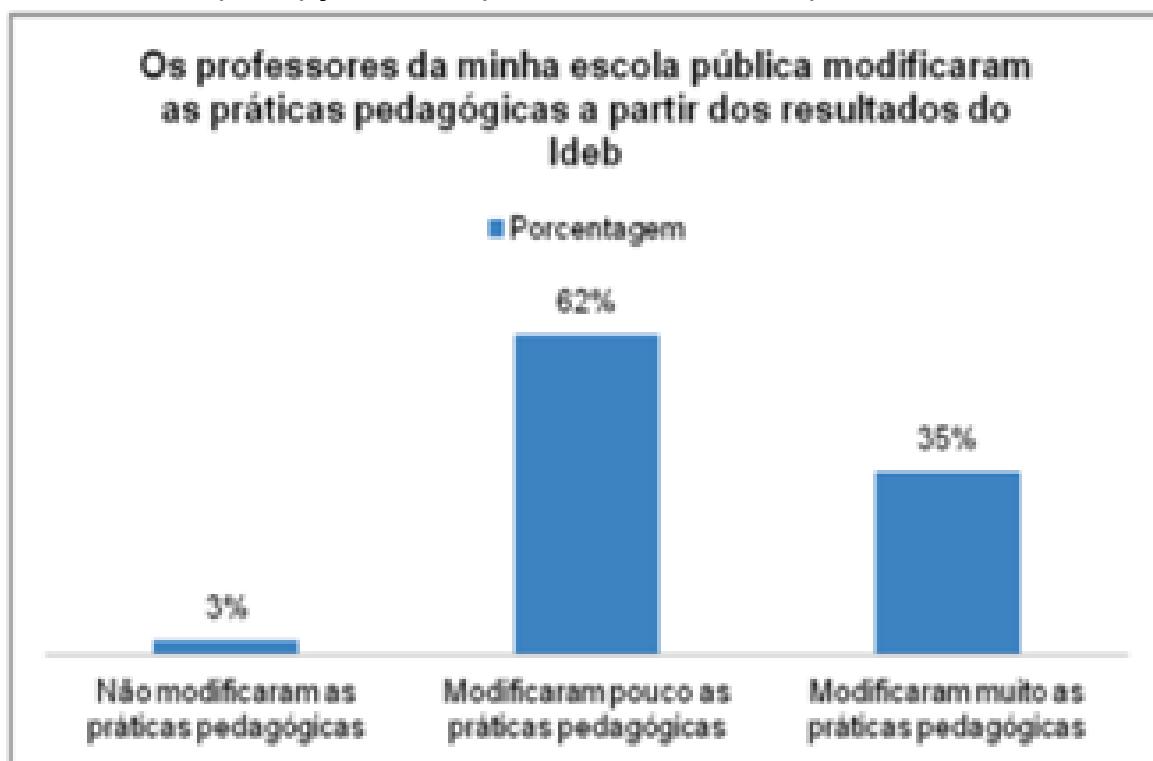
Fonte: autores.

Existem também outras implicações do Ideb no cotidiano de trabalho das escolas. Por exemplo, um número significativo de egressos (71%; 82) afirmou que passou a discutir o projeto político pedagógico a partir dos resultados do Ideb.

Quanto à questão 46 – Os professores da minha escola pública modificaram as práticas pedagógicas a partir dos resultados do Ideb –, 35% dos egressos (41) afirmaram que as práticas pedagógicas foram muito modificadas e 3% dos egressos (3) afirmaram que os professores não modificaram suas práticas.

Gráfico 4 –

Percentual das percepções sobre práticas modificadas a partir do resultado do Ideb.



Fonte: autores.

⁵ Nota: N = 116 egressos.

Assim, tomados em conjunto, os resultados anteriores confirmam o forte efeito de indução do Ideb no cotidiano de trabalho das instituições escolares, pois várias ações são implementadas a partir dos resultados desse índice (Oliveira; Souza, 2010). Percebemos que o Ideb apresenta diversas demandas para o profissional da Educação, a partir da de novas posturas e de novas atuações nas práticas escolares, e da necessidade de conhecer e de ampliar o conhecimento sobre esse índice.

As metas educacionais estabelecidas para as escolas atingirem, como alcançar um Ideb igual a 6 na média nacional, envolvem implicações para o trabalho pedagógico e o direcionamento das ações para a elevação do índice. O resultado do Ideb passa a servir como um meio dos órgãos federais, municipais e estaduais cobrarem das escolas uma educação de qualidade. Assim sendo, isso gera, nas escolas, uma preocupação com o índice. As consequências podem ser severas quando não cumprem as metas estipuladas (Costa, 2015).

O resultado do Ideb, ao evidenciar o aprendizado dos alunos, pode vir a ser o ponto de partida para que as escolas se reorganizem e repensem suas práticas pedagógicas. Esse movimento é possível a partir do diálogo entre os profissionais da Educação e de um trabalho coletivo no ambiente escolar. A mudança não pode ocorrer apenas na gestão da escola. É preciso que os professores entendam que o seu trabalho está além da sala de aula, ou seja, ele acontece integrado com o trabalho dos outros profissionais e não de forma individual.

As modificações podem contribuir no engajamento da equipe da escola para alcançar os objetivos propostos através de ações pedagógicas eficazes. Nesse sentido, existem escolas que buscaram estratégias para superar os resultados baixos do Ideb e, consequentemente, contribuíram para o aprendizado dos alunos (Mesquita, 2012).

Além disso, a literatura também apresenta alguns estudos que apontam para impactos negativos do Ideb, como a insatisfação profissional, sobrecarga de trabalho e problemas de saúde (Costa, 2015; Saçço, 2015; Boas, 2016).

Se o profissional da educação não for capaz de interpretar o resultado, o Ideb contribui pouco para o estabelecimento das ações pedagógicas necessárias e no processo de reflexão do ensino e aprendizagem. Nesse sentido, “talvez o mais importante, é transformar o Ideb num primeiro passo para o processo de reflexão interna nas escolas, na busca de melhores e mais efetivas práticas pedagógicas que vão permitir aos seus alunos aprender” (Soares; Xavier, 2013, p. 921). Um dos desafios, então, é que o índice não seja apenas um resultado a ser divulgado, mas que faça parte das escolas no processo de reflexão sobre aprendizagem dos alunos e sobre a qualidade da educação.

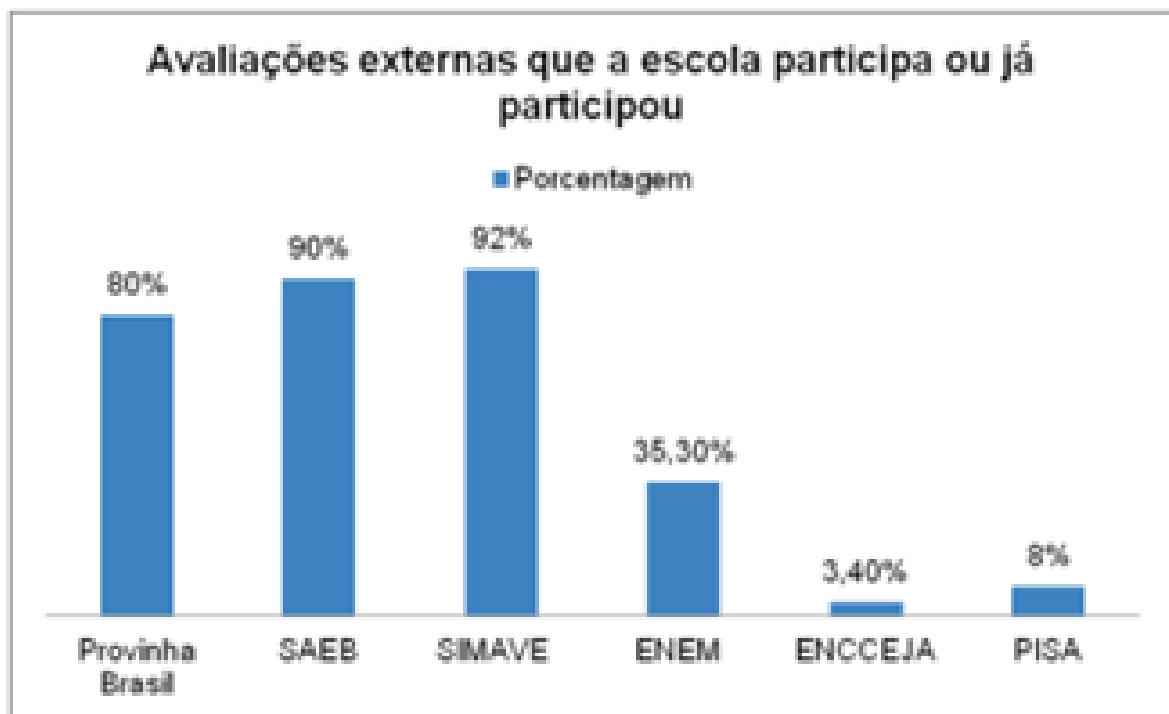
Avaliação externa nas escolas

As escolas em que os egressos atuam participam ou já participaram das seguintes avaliações externas: Provinha Brasil⁶, Saeb, Simave, Enem, Encceja e Pisa. Vale ressaltar que a não participação de algumas avaliações externas está relacionada ao nível e à modalidade de ensino oferecido. Por exemplo: se a escola não oferta o Ensino Médio, consequentemente, não participa do Enem. Podemos perceber, ainda, a diversidade de avaliações externas presentes nas escolas.

⁶ Na época de realização da pesquisa, essa avaliação ainda existia.

Gráfico 5 –

Percentual de avaliações externas que a escola participa ou já participou.

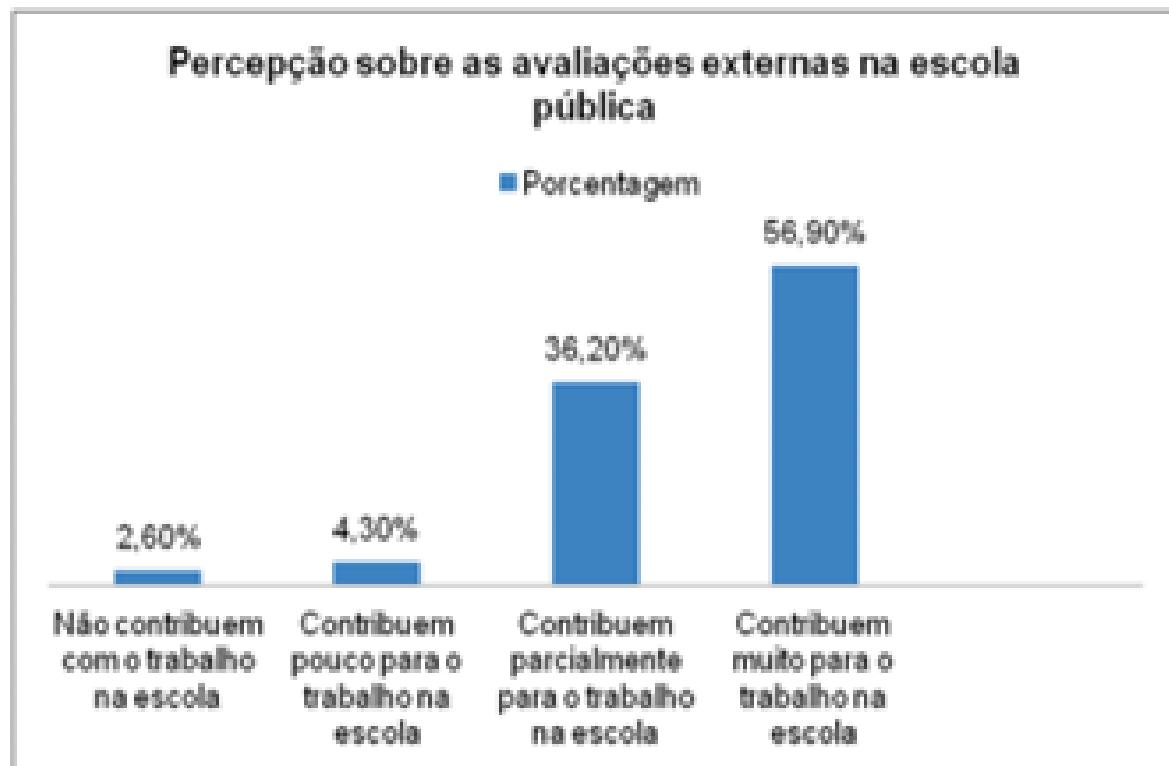


Fonte: autores.

Quanto à percepção dos egressos sobre as avaliações externas na escola pública, observamos que 66 egressos (56,9%) considera que as avaliações externas contribuem muito com o trabalho na escola em que atuam. Os resultados dessa pesquisa se aproximam do estudo realizado por Pimenta (2012). Ela evidenciou que a maioria dos participantes se refere à contribuição da avaliação externa para o trabalho escolar. E, ainda, que os coordenadores pedagógicos veêm as avaliações externas como uma ferramenta de aprimoramento do próprio trabalho.

A porcentagem de egressos que indicou que as avaliações externas não contribuem ou contribuem pouco para o trabalho na escola é pequena (6,9%). As percepções múltiplas dos profissionais de uma mesma escola podem estar atreladas às experiências, às crenças sobre a avaliação, à formação do profissional, dentre outros fatores. Sendo assim, cada profissional pode perceber as avaliações externas de uma forma na escola.

Gráfico 6 –
Percentual da percepção sobre as avaliações externas nas escolas públicas.



Fonte: autores.

Sobre a frequência de utilização de avaliações externas no cotidiano das escolas, 67,3% dos egressos (78) afirmaram que usavam as avaliações externas frequentemente ou sempre. Tomados em conjunto, os gráficos 6 e 7 indicam que, além da maioria considerar que as avaliações externas contribuem para o trabalho na escola, eles também utilizam com uma frequência alta essas avaliações no seu dia a dia de trabalho.

Gráfico 7 –

Percentual das percepções sobre a frequência de utilização de avaliações externas do cotidiano das escolas.



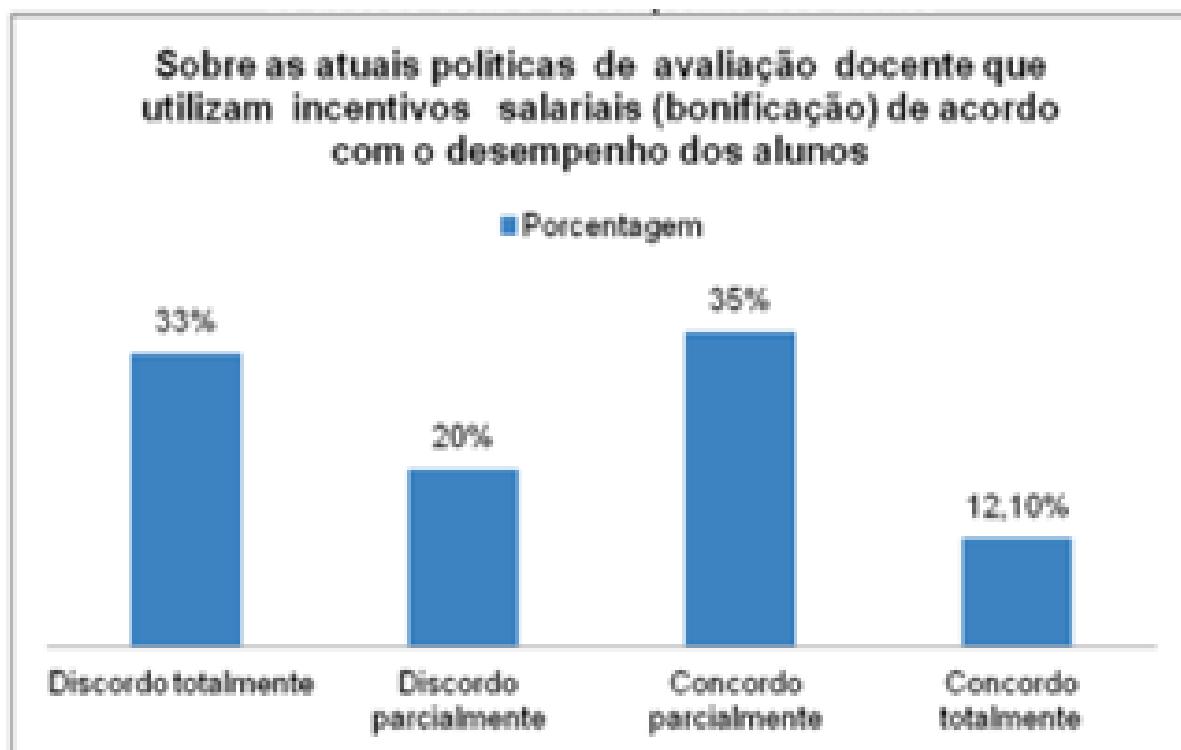
Fonte: autores.

Dessa forma, as avaliações externas fazem parte do cotidiano escolar e podem contribuir com o seu trabalho. Elas podem gerar dados e oferecer ferramentas para as tomadas de decisões pedagógicas e de gestão. Se, por um lado, existem algumas críticas por parte da literatura e resistência de alguns profissionais da Educação, por outro, elas também podem gerar mudanças positivas, como direcionar a criação de políticas públicas para as instituições que mais precisam.

Sabemos que as avaliações externas são utilizadas de diversas formas, tanto pelas escolas quanto pelo governo, sendo um desses usos o incentivo salarial. O gráfico 8 demonstra que a maioria discorda das atuais políticas de avaliação docente, que utilizam incentivos salariais tendo por base o desempenho dos alunos. Assim, 53% dos egressos (61) afirmaram que discordam totalmente ou discordam parcialmente dessas políticas de avaliação. No entanto, essa porcentagem é somente um pouco maior do que aquela das opções de concordância somadas (47,1%). Inclusive a opção concordo parcialmente obteve a maior taxa de resposta isoladamente (35%), o que corresponde a mais de um terço dos egressos.

Gráfico 8 –

Percentual das percepções sobre incentivos salariais de acordo com o desempenho dos alunos.



Fonte: autores.

Sobre essa questão, um estudo realizado por Ivo (2013) assinalou que os gestores das secretarias atribuem à política de bonificação uma forma de incentivar a escola a alcançar bons resultados. As políticas de avaliação que utilizam incentivos salariais parecem atender uma forma de regulação do trabalho dos profissionais e também é uma forma de responsabilizá-los pelos resultados alcançados. O resultado está diretamente vinculado à renumeração.

Assim, as políticas de avaliação docente que utilizam incentivos salariais de acordo com o desempenho dos alunos podem impactar o trabalho da escola e gerar uma preocupação excessiva com os índices gerados pelas avaliações externas. Sobre as políticas de incentivos no contexto brasileiro, Brooke e Cunha (2011) afirmam que

o que está em jogo nesses casos não são as consequências para os sujeitos principais da educação, os alunos, mas o nível de recompensa dos professores. Em vez de ser a própria definição do objeto de seu trabalho, pelas consequências para os alunos, a motivação para a melhoria nos resultados se torna uma decorrência do nível de preocupação do professor em melhorar sua remuneração. (p. 72)

Além de a bonificação gerar uma preocupação do professor em melhorar os resultados do aprendizado dos seus alunos para aumentar a sua renumeração, ela pode vir a contribuir para consolidar um sistema perverso. O professor não é o único responsável pelo aprendizado dos seus alunos, os fatores internos e externos podem influenciar nos resultados das avaliações externas. Sendo assim, se isso não for levado em conta, alguns professores serão mais beneficiados que outros, já que trabalham em diferentes contextos

que, muitas vezes, são favoráveis do ponto de vista cultural e socioeconômico. Alves; Soares (2013) e Duarte (2013) alertam para a importância de considerar os diversos fatores para compreender a realidade de uma escola.

Percepções sobre usos e implicações das avaliações externas nas escolas

As avaliações externas cumprem um importante papel no ambiente escolar. Os usos dos resultados podem contribuir de forma significativa para desencadear reflexões sobre o ensino-aprendizagem e repensar o projeto político pedagógico da escola.

A tabela 2 apresenta as percepções dos egressos sobre os usos que são feitos dos resultados das avaliações externas nas escolas em que atuam. O resultado demonstra muitos usos, sendo os quatro principais a elaboração de plano de ação escolar, estabelecendo objetivos/metas a serem atingidos (84,5%); discussão/reflexão sobre os resultados nas reuniões com os professores (83,6%); reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola (81%); planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa (80,2%). Essas opções de resposta apresentaram taxas superiores a 80%. No entanto, vários usos também apresentam taxas de resposta elevada e apenas cinco apresentam porcentagens inferiores a 40%. No extremo oposto, os usos de menor frequência foram: comparar a escola com outras escolas com contextos parecidos (19,8%); uso dos resultados como critérios para formação de grupos de alunos (15,5%); alocação de recursos (8,6%) e outros (2%). Portanto, fica evidente que as escolas participantes do estudo fazem uso das avaliações externas de diferentes formas.

Portanto, as avaliações externas podem também trazer algumas implicações para o cotidiano de trabalho escolar. A utilização dos resultados acarreta novas formas de trabalho. Um exemplo de implicações geradas pelas avaliações externas foi uma pesquisa desenvolvida por Pimenta (2013), em que a autora identificou possíveis interferências das avaliações externas no currículo das escolas participantes. Quase 100% dos sujeitos que participaram do estudo repensaram e reformularam atividades pedagógicas propostas no planejamento anual. Os diversos usos dos resultados, através de ações pedagógicas, podem indicar uma preocupação com o desempenho dos alunos nas avaliações externas. As políticas nacionais podem induzir à reorganização das escolas para melhorar, cada vez mais, os resultados.

Em síntese, as escolas começam a reorganizar o trabalho escolar em função da preocupação com o resultado do desempenho dos alunos nas avaliações externas. Além disso, as novas demandas de trabalho, cada vez mais, exigem dos profissionais uma diversidade de tarefas a serem cumpridas.

Tabela 2 –

Percentual das percepções sobre usos das avaliações externas nas escolas.⁷

Usos das avaliações externas	
Respostas	Porcentagem
Elaboração de plano de ação escolar, estabelecendo objetivos/metas a serem atingidos	84,5% (98)

⁷ N = 116 egressos. Nessa pergunta, poderia ser marcada mais de uma opção de resposta.

Discussão/reflexão sobre os resultados nas reuniões com os professores	83,6% (97)
Reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola	81% (94)
Planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa	80,2% (93)
Acompanhar o progresso da escola de uma avaliação para outra	70,7% (82)
Diversificação de atividades pedagógicas dos professores	71,6% (83)
Realização de provas simuladas	67,2% (62)
Informar aos pais a respeito dos resultados de seus filhos	60,3% (70)
Identificar os aspectos pedagógicos ou da grade curricular que podem ser aperfeiçoados	57,8% (67)
Revisão/alteração do projeto político pedagógico da escola	56% (65)
Avaliação mútua entre professores: revisão dos planos de aulas, das ferramentas de avaliação, das aulas	54,3% (63)
Discussão dos resultados com os alunos	49,1% (57)
Avaliação do trabalho dos professores	49,1% (57)
Comparar o desempenho da escola com o desempenho municipal, estadual ou nacional	47,4% (55)
Avaliação do trabalho da coordenação pedagógica	47,4% (55)
Uso dos resultados das avaliações externas como parte integrante de uma avaliação institucional	46,6% (54)
Alterações na forma dos professores avaliarem a aprendizagem dos alunos	44% (51)
Planejamento de atividades/cursos de formação continuada	42,2% (49)
Avaliação do trabalho da direção	42,2% (49)
Organização/reorganização da gestão escolar	37,9% (44)
Comparar a escola com outras escolas com contextos parecidos	19,8% (23)
Uso dos resultados como critérios para formação de grupos de alunos	15,5% (18)
Alocação de recursos	8,6% (10)
Outros	2% (2)

Fonte: autores.

Análise factorial: percepções de usos das avaliações externas nas escolas

A questão 28 do questionário foi analisada aqui: Indique os usos que são feitos na sua escola pública dos resultados das avaliações externas (você pode marcar quantas opções considerar necessário). Para essa pergunta, existem 23 opções de usos das avaliações externas, além da opção Outro, que não nos interessava nessa análise específica. Essas 23 opções de respostas foram tomadas como variáveis na análise factorial exploratória.

Utilizamos uma combinação de critérios simultaneamente para a remoção de itens problemáticos, como carga fatorial baixa e indeterminação fatorial. No total, oito itens foram removidos em quatro análises subsequentes: Diversificação de atividades pedagógicas dos professores; Discussão dos resultados com os alunos; Identificar os aspectos pedagógicos ou da grade curricular que podem ser aperfeiçoados; Organização/reorganização da gestão escolar; Comparar o desempenho da escola com o desempenho municipal, estadual ou nacional; Acompanhar o progresso da escola de uma avaliação para outra; Comparar a escola com outras escolas com contextos parecidos; Uso dos resultados das avaliações externas como parte integrante de uma avaliação institucional.

O modelo final reteve três fatores e apresentou o seguinte ajuste: CFI = 1.000; RMSEA = 0.000; SRMR = 0.079. Todos os índices indicaram um ajuste muito bom do modelo. As cargas fatoriais dos itens do modelo final são apresentadas na tabela 3.

Tabela 3 –
Análise final uso das avaliações externas.⁸

Item	Fator 1	Fator 2	Fator 3
A28	0.726*	-0.104	-0.048
B28	0.517*	0.223	0.126
C28	0.523*	-0.138	0.269
D28	0.712*	0.128	-0.115
F28	0.554*	0.178	0.025
H28	-0.002	0.816*	-0.140
I28	-0.152	0.646*	0.151
J28	0.121	0.803*	-0.012
L28	0.136	0.556*	0.196
M28	-0.080	0.486*	0.250
Q28	0.164	0.505	0.207
R28	-0.017	0.010	0.962*
S28	0.058	-0.100	1.023*
T28	-0.075	0.193*	0.903*
V28	0.073	0.466*	0.249

Fonte: autores.

⁸ As cargas fatoriais mais altas estão em negrito. Método de rotação: *oblimin*. *Estatisticamente significante, $p < .05$. (A28) Realização de provas simuladas; (B28) Alterações na forma dos professores avaliarem a aprendizagem dos alunos; (C28) Planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa; (D28) Uso dos resultados como critérios para formação de grupos de alunos; (F28) Informar aos pais a respeito dos resultados de seus filhos; (H28) Elaboração de Plano de Ação Escolar, estabelecendo objetivos/metas a serem atingidos; (I28) Reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola; (J28) Discussão/reflexão sobre os resultados nas reuniões com os professores; (L28) Revisão/alteração do Projeto Político Pedagógico da escola; (M28) Planejamento de atividades/cursos de formação continuada; (Q28) Alocação de recursos; (R28) Avaliação do trabalho dos professores; (S28) Avaliação do trabalho da direção; (T28) Avaliação do trabalho da coordenação pedagógica; (V28) Avaliação mútua entre professores (revisão dos planos de aulas, das ferramentas de avaliação, das aulas).

Assim, o resultado foram três fatores, que nomeamos da seguinte forma: 1) Modificação do trabalho pedagógico do professor; 2) Modificação da gestão escolar; 3) Avaliação do trabalho dos profissionais da escola.

Fator 1: Modificação do trabalho pedagógico do professor

(A28) Realização de provas simuladas

(B28) Alterações na forma dos professores avaliarem a aprendizagem dos alunos

(C28) Planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa.

(D28) Uso dos resultados como critérios para formação de grupos de alunos

(F28) Informar aos pais a respeito dos resultados de seus filhos

Fator 2: Modificação da gestão escolar

(H28) Elaboração de Plano de Ação Escolar, estabelecendo objetivos/metas a serem atingidos

(I28) Reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola

(J28) Discussão/reflexão sobre os resultados nas reuniões com os professores

(L28) Revisão/alteração do Projeto Político Pedagógico da escola

(M28) Planejamento de atividades/cursos de formação continuada

(Q28) Alocação de recursos

(V28) Avaliação mútua entre professores (revisão dos planos de aulas, das ferramentas de avaliação, das aulas)

Fator 3: Avaliação do trabalho dos profissionais da escola

(R28) Avaliação do trabalho dos professores

(S28) Avaliação do trabalho da direção

(T28) Avaliação do trabalho da coordenação pedagógica

Esses fatores estão associados à percepção dos egressos sobre os usos das avaliações externas nas escolas. Os fatores que identificamos serão melhor descritos e analisados a seguir.

O Fator 1 agrupa itens que, na percepção dos egressos, estão voltados para a modificação do trabalho pedagógico do professor, sendo eles: realização de provas simuladas; alterações na forma dos professores avaliarem a aprendizagem dos alunos; planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa; uso dos resultados como critérios para formação de grupos de alunos; e informar aos pais a respeito dos resultados de seus filhos.

Esse fator enfatiza, portanto, as modificações que as avaliações externas têm induzido nas ações pedagógicas dos docentes. Os itens de usos dos resultados das avaliações externas de maior frequência marcada pelos egressos pertencentes a esse fator são: planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa (80,2%); realização de provas simuladas (67,2%); informar aos pais a respeito dos resultados de seus filhos (60,3%). Como citamos anteriormente, muitas pesquisas vêm

demonstrando que as avaliações externas têm modificado o trabalho pedagógico dos professores (Silva et al., 2012; Souza et al., 2015; Cerdeira; Almeida; Costa, 2014; Ivo; Hypolito, 2015; Borges, 2016). Isso também fica evidente nos nossos resultados.

Os usos dos resultados das avaliações externas estão diretamente relacionados com as implicações no trabalho pedagógico decorrentes dos mecanismos de controle. O professor e os outros profissionais da escola, ao fazerem uso dos resultados, modificam também a forma com que trabalham. Essa modificação do trabalho pedagógico passa a ser reestruturada para atender as imposições de órgãos externos. Para Cunha, Barbosa e Fernandes (2015), as avaliações têm assumido um formato mais como um instrumento de controle do que de oportunidade para as escolas reverem o trabalho realizado.

Para Bertagna e Borghi (2011), um fator que gera a reorganização do trabalho pedagógico nas escolas é a busca para atingir índices e metas nas avaliações externas:

Neste contexto, as escolas criam estratégias com vistas a alcançar bons resultados nas avaliações externas e se (re)organizam para atingir esses resultados. A avaliação acaba sendo tomada como um fim em si mesma e passa a ter implicações para a organização do trabalho pedagógico, consequentemente, revelando e velando os objetivos almejados para a escola. (p. 136)

As avaliações externas também podem assumir o papel de controlar o que as escolas devem ensinar. Isso implica a reorganização do trabalho pedagógico. Sobre essa forma de controle, ficou evidente, num dos resultados que encontramos: planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa (80,2%; 93 egressos). Nessa direção,

os exames padronizados, os sistemas de avaliação e os índices de desempenho regulam o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado. Os livros didáticos, os PCN, as grades de competências e outros materiais são o guia distante, mas efetivo, para orientar todas as práticas de ensino no cotidiano escolar. (Hypolito, 2011, p. 15)

Muitas pesquisas confirmam o efeito indução gerado pelas avaliações externas nas escolas. Silva et al. (2012), por exemplo, identificaram, na maior parte das escolas pesquisadas, uma mudança na rotina da escola.

A apropriação dos resultados das avaliações externas parece ter provocado, na maior parte das escolas pesquisadas, uma mudança perceptível nas rotinas pedagógicas, bem como dar novos direcionamentos a certas tarefas que já vinham sendo realizadas. Assim, destaca-se uma diversificação das atividades pedagógicas desenvolvidas com os alunos, notadamente diferentes daquelas usualmente feitas em sala de aula. (p. 55)

As avaliações externas não só modificam o trabalho pedagógico, mas também a relação do sujeito com as suas próprias emoções e sentimentos. Nesse sentido, em alguns casos, podem surgir emoções negativas, como tristeza, medo, frustração, injustiça ou até mesmo problemas de saúde (Barbosa; Vieira, 2013).

Assim, as avaliações externas induzem modificações no cotidiano de trabalho dos docentes. Torna-se necessário utilizar os resultados como parte do processo de ensino e aprendizagem, e não como um produto final que reduz as possibilidades de intervenções para alcançar uma educação com qualidade.

As avaliações externas, por outro lado, oferecem informações significativas que contribuem para direcionar o trabalho pedagógico do professor, oferecem mais uma informação sobre a realidade da escola e o conhecimento do desempenho dos alunos.

Apropriar-se dessas informações pode vir a contribuir para a reflexão sobre o trabalho desenvolvido e, consequentemente, para o estabelecimento de ações que contribuam para atender às necessidades de aprendizados dos alunos. Alguns autores, por exemplo, demonstram o uso dos resultados direcionados para o planejamento das atividades pedagógicas (Silva et al., 2012; Souza et al., 2015).

O Fator 2 agrupa itens que, na percepção dos egressos, estão voltados para a modificação da gestão escolar: elaboração de plano de ação escolar, estabelecendo objetivos/metas a serem atingidos; reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola; discussão/reflexão sobre os resultados nas reuniões com os professores; revisão/alteração do projeto político pedagógico da escola; planejamento de atividades/cursos de formação continuada; alocação de recursos e avaliação mútua entre professores. Portanto, esse fator enfatiza as modificações que as avaliações externas têm induzido no trabalho de gestão escolar. Isso pode indicar a adequação do trabalho para as exigências dos órgãos externos às escolas e também para atingir as metas educacionais.

Os itens pertencentes ao Fator 2, de maneira geral, foram marcados pelos egressos com uma frequência maior quando comparados ao Fator 1: elaboração de Plano de Ação Escolar, estabelecendo objetivos/metas a serem atingidos (84,5%); discussão/reflexão sobre os resultados nas reuniões com os professores (83,6%); reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola (81%); revisão/alteração do projeto político pedagógico da escola (56%). Assim, nossos resultados indicam muitas modificações tanto da gestão escolar quanto do trabalho pedagógico do professor.

No contexto das avaliações externas, a gestão escolar depara-se com o desafio de organizar o trabalho da gestão levando em consideração alguns fatores, entre eles, os indicadores de desempenho aferidos pelas avaliações externas (Pimenta, 2012). Sobre essa questão, Parro (2012), por exemplo, observou que a equipe gestora modificou o trabalho que desenvolvia levando em conta as competências avaliadas externamente para atingir as metas propostas.

As mudanças ocasionadas pelas reformas educacionais configuram modelos gerenciais de gestão, com redução de custos e foco maior na eficiência, eficácia e na produtividade das escolas. As ações das instâncias federal, estadual e municipal colocam um novo formato de gestão escolar, o que faz com que as escolas tenham que se ajustar às novas diretrizes e provoque mudanças no currículo escolar, no trabalho docente, além de criar funções e exigências profissionais (Hypolito; Ivo, 2005). Assim, “as determinações das políticas públicas, como as que instituem avaliações externas para acompanhar o trabalho desenvolvido nas escolas, dependem, em sua maioria, da articulação do trabalho da gestão para chegar até ao professor e à sala de aula” (Oliveira, 2013, p. 36).

O Fator 3 agrupa itens que, na percepção dos egressos, estão voltados para a avaliação do trabalho dos profissionais da escola: avaliação do trabalho dos professores; avaliação do trabalho da direção e avaliação do trabalho da coordenação pedagógica. Portanto, esse fator enfatiza a responsabilização desses profissionais.

Os itens pertencentes ao Fator 3, de maneira geral, foram marcados pelos egressos com uma frequência menor quando comparados aos Fatores 1 e 2: avaliação do trabalho dos professores (49,1%); avaliação do trabalho da coordenação pedagógica (47,4%); avaliação do trabalho da direção (42,2%). Essas indicações demonstram que a avaliação do trabalho dos profissionais das escolas pode ser uma forma de verificar se o trabalho está sendo realizado como esperado pelos órgãos externos.

Nesse contexto, o trabalho dos profissionais da educação de uma escola passa a ser avaliado considerando o desempenho dos alunos nas avaliações externas. Os profissionais são levados a desenvolver o trabalho pedagógico em função dos resultados. Assim, “ao trabalho docente são atribuídas novas funções e os resultados dos alunos e das instituições de ensino passam a servir de parâmetro de qualidade do trabalho que é desenvolvido pelas instituições e por seus profissionais” (Ivo; Hypolito, 2015, p. 371).

Por outro lado, avaliar o trabalho dos profissionais é uma forma do Estado verificar o uso dos investimentos públicos direcionados às escolas. Para Gimenes, Santos e Marino (2014),

a conformação do Estado às necessidades de ajustes da Educação Básica torna imperativo aferir os resultados dos investimentos públicos aplicados às escolas. Ainda de acordo com o discurso oficial a educação está interligada com as competências a serem desenvolvidas pela instituição educativa e pelo avanço da produtividade. (p. 156)

Além da avaliação do trabalho dos profissionais no interior das escolas, Carvalho e Macedo (2011) demonstraram que os resultados alcançados pelos alunos nas avaliações externas podem gerar o ranqueamento de professores e escolas. Muitas vezes, isso ultrapassa o interior da escola, já que as informações chegam até os pais dos alunos, o que pode fazer com que comecem a escolher os professores/escolas tendo como critério os resultados da avaliação oficial.

Tomando os três fatores em conjunto, fica evidente que os usos dos resultados das avaliações externas, feitos pelos profissionais da Educação, implicam em mudanças no cotidiano de trabalho escolar. A avaliação externa no contexto da escola traz novas demandas de atuação e das relações estabelecidas pelos atores no processo de ensino e aprendizagem. Adicionalmente, produzimos uma matriz de correlação entre os fatores.

Tabela 4 –
Matriz de correlação entre os fatores – avaliações externas⁹.

	Fator 1	Fator 2	Fator 3
1	1.000		
2	0.281*	1.000	
3	0.078	0.421*	1.000

Fonte: autores.

⁹ * Estatisticamente significante, $p < .05$. Fator 1 – Modificação do trabalho pedagógico do professor; Fator 2 – Modificação da gestão escolar; Fator 3 – Avaliação do trabalho dos profissionais da escola.

A partir da tabela 4, percebemos duas correlações estatisticamente significativas: correlações positivas entre os Fatores 1 e 2 ($r = 0.281$) e os Fatores 2 e 3 ($r = 0.421$) (maior valor encontrado). Assim, a maior associação (embora não seja alta) ocorreu entre a modificação da gestão escolar e a avaliação do trabalho dos profissionais da escola.

Considerações finais

Reconhecemos a importância que as avaliações externas e o Ideb ocupam no cenário da educação brasileira. Entre as principais contribuições, estão: ponto de partida para a criação ou reelaboração de políticas públicas, conhecimento sobre o aprendizado dos alunos das escolas brasileiras, contribuição para que as escolas repensem o trabalho pedagógico e busquem alcançar uma educação de qualidade. Por outro lado, sabemos também dos efeitos negativos: responsabilização das escolas pelos resultados, comparação das escolas por meio da geração de rankings, produção de alguns sentimentos nos profissionais da Educação, como insatisfação profissional, sobrecarga de trabalho, angústia, entre outros.

Em relação às avaliações externas, os nossos dados também revelam que a maioria (66 egressos; 56,9%) dos participantes da pesquisa considera que as avaliações externas contribuem muito com o trabalho na escola em que atuam. Sobre a frequência de utilização de avaliações externas no cotidiano das escolas, 67,3% dos egressos (78) afirmaram que usavam as avaliações externas frequentemente ou sempre. Nesse sentido, é importante destacar que, além da maioria considerar que as avaliações externas contribuem para o trabalho na escola, também a utilizavam com uma frequência alta no dia a dia escolar. Esses achados são confirmados por meio dos dados que encontramos sobre os usos dos resultados das avaliações externas que são feitos nas escolas em que trabalham os egressos.

Na percepção dos egressos do Programa Nacional Escola de Gestores, as escolas têm feito muitos usos dessas avaliações. A análise fatorial indicou que os usos podem ser agrupados em três fatores: 1) modificação do trabalho pedagógico do professor: realização de provas simuladas; alterações na forma dos professores avaliarem a aprendizagem dos alunos; planejamento de atividades de acordo com as matrizes de referência da avaliação externa; uso dos resultados como critérios para formação de grupos de alunos; informar aos pais a respeito dos resultados de seus filhos; 2) modificação da gestão escolar: elaboração de plano de ação escolar, estabelecendo objetivos/metas a serem atingidos; reflexão sobre as práticas pedagógicas da escola; discussão/reflexão sobre os resultados nas reuniões com os professores; revisão/alteração do Projeto Político Pedagógico da escola; planejamento de atividades/cursos de formação continuada; alocação de recursos; avaliação mútua entre professores; 3) avaliação do trabalho dos profissionais da escola: avaliação do trabalho dos professores; avaliação do trabalho da direção; avaliação do trabalho da coordenação pedagógica.

Portanto, tomados em conjunto, os resultados da pesquisa confirmam o efeito de indução do Ideb e das avaliações externas no cotidiano de trabalho das instituições escolares. As políticas nacionais têm modificado o trabalho pedagógico das escolas, o que induz novas formas de atuação e de pensamento, e produz alguns sentimentos, muitas

vezes, negativos nos profissionais da Educação. Nesse cenário, para que as escolas façam o uso significativo dos resultados das avaliações, torna-se necessária a articulação de ações com as diversas instâncias para que possam responder às mudanças que as metas educacionais impõem.

Referências

- ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. *O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 34, n. 125, 2013, p. 1153-1174.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, 2013.
- AUDINO, Janaina Franciscatto. *Movimentos de apropriação do Ideb na gestão escolar em duas escolas da rede pública estadual em Porto Alegre-RS*. São Leopoldo: Unisinos, 2014. 113f. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- BARBOSA, Liliane Cecília de Miranda; VIEIRA, Lívia Fraga. Avaliações externas estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 2, 2013, p. 1-25.
- BERTAGNA, Regiane Helena; BORGHI, Fontes Borghi. Possíveis relações entre avaliação e sistemas apostilados privados em escolas públicas. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 21, n. 38, 2011, p. 132-146.
- BOAS, Ivanilda Vilela Vilas. *A percepção dos professores sobre o Ideb de sua escola: ele reflete o trabalho desenvolvido?* Pouso Alegre: Universidade do Vale do Sapucaí, 2016. 96f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí.
- BORGES, Edna Martins. *Avaliações externas em larga escala no contexto escolar: percepção dos diretores escolares da rede estadual de ensino de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. 327f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. *A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos Estados*. São Paulo: Victor Civita, 2011.
- CARVALHO, Gisele Francisca da Silva; MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. Avaliação oficial: o que dizem os professores sobre o impacto na prática docente. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 3, 2011, p. 549-564.
- CERDEIRA; Diana Gomes da Silva; ALMEIDA, Andrea Baptista de; COSTA, Marcio da. Indicadores e avaliação educacional: percepções e reações a políticas de responsabilização. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 25, n. 57, 2014, p. 198- 225.
- CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O Ideb como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, 2015, p. 461-484.
- CHIZZOTTI, Antônio. A coleta de dados quantitativos. In: CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 51-67.

COSTA, Loany Larissa Ferreira da. *Avaliação da educação básica: o que pensam professores e gestores de uma escola pública amazônica sobre o Ideb*. Porto Velho: UFRO, 2015. 121f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Rondônia.

DUARTE, Natalia de Souza. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 94, n. 237, 2013, p. 343-363.

FARIAS, Maria Adalgiza de. *Avaliação externa e gestão da escola: apropriações e usos dos dados do Ideb na gestão de escolas públicas municipais de Fortaleza*. Fortaleza: UFCE, 2015. 227f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará.

FERNANDES, Maria Anunciata; CARVALHO, Ademar de Lima. O índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em escolas municipais de Juara/MT. *SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO*, 18, 2009, Anais... Goiânia: UFG, 2009, p. 1-9.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 21, n. 38, 2011, p. 1-18.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; IVO, Andressa Aita. Políticas gerenciais em Educação: efeitos sobre o trabalho docente. *Curriculum sem Fronteiras*, Santa Maria, v. 15, n. 2, 2015, p. 365-379.

IVO, Andressa Aita. Políticas educacionais e políticas de responsabilização: efeitos sobre o trabalho docente, currículo e gestão. Pelotas: UFPel, 2013. 273f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas.

MESQUITA, Silvana. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 76, 2012, p. 587-606.

OLIVEIRA, A. O; MOURÃO-JÚNIOR, C. A. Estudo teórico sobre percepção na filosofia e nas neurociências. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 25, n. 2, 2013, p. 400-410.

OLIVEIRA, Breyner R; TONINI, Adriana M. A formação continuada de professores da educação básica e o Programa Nacional Escola de Gestores: o curso de especialização em Gestão Escolar em Gestão Escolar na Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: Editar, 2014.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SOUSA, Sandra Sábia. Introdução. In: SANTANA, Wagner (org.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: Unesco, 2010, p. 7-29.

PAGNAN, Celso Leopoldo. Avaliações externas: o Ideb na visão dos gestores das escolas públicas. *Ensino & Pesquisa*, Londrina, v. 14, n. 2, 2016, p. 262-281.

SAÇÇO, Thays Alessandra Silva. *Influências do Ideb sobre a satisfação profissional na visão de professores do 1º ao 5º anos do ensino fundamental, em seis escolas estaduais em Juiz de Fora/MG*. Juiz de Fora: UFJF, 2015. 220f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

SCHUMACKER, Randall E; LOMAX, Richard G. *A beginner's guide to structural equation modeling*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2004.

SHAUGHNESSY, John J; ZECHMEISTER, Eugene B; ZECHMEISTER, Jeanne S. *Metodologia de pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SILVA, Vandrê Gomes da et al. Uso da avaliação externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2012.

- SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, 2013, p. 903-924.
- SOUSA, Clarilza Prado de. Dimensões da avaliação educacional. *Revista Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 22, 2000, p. 101-118.
- TORINI, Danilo. Questionários on-line. In: ABDAL, Alexandre; OLIVEIRA, Maria Carolina Vasconcelos; GHEZZI, Daniela Ribas (orgs.). *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo*. São Paulo: Cebrap, 2016, p. 3-99.